

## COMO (RE)ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL HOJE?

*Mateus Henrique de Faria Pereira*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto procura pensar sobre as seguintes questões: o que é ou pode ser uma história nacional hoje? Em outras palavras, quais os limites da escrita de uma História do Brasil hoje?; e como algumas das escritas passadas sobre as experiências do tempo podem iluminar, no sentido de apresentar possibilidades perdidas, às escritas de hoje?. Para realizarmos tal experimento, escolhemos em cada item escalas de observação bem precisas: o texto “O pensamento histórico nos últimos 50 anos”, escrito, em 1951, por Sérgio Buarque de Holanda; cruzamentos entre *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, obra escrita em 1933, e a edição de 2001 de *Culturas Híbridas*, de Néstor Garcia Canclini; e, por fim, uma análise dos impactos do Giro Lingüístico na (re)escrita da história.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Historiografia. História do Brasil. Escrita da História.

**ABSTRACT:** This text aims to discuss the following subjects: what is or can be a national history today? In other words which are the limits of writing a History of Brazil today?; and how what was written on the experiences of the time can be highlighted, in the sense of presenting lost possibilities, to the writings of today?. To accomplish such experiment, we chose in each item scales of very necessary observation: the text “O pensamento histórico nos últimos 50 anos”, written, in 1951, by Sérgio Buarque de

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: matheusperreira@gmail.com. Agradeço a Juliana Mello, Daniel Faria, Pedro Cristóvão dos Santos pela leitura e sugestões da primeira versão deste texto.

Holanda; crossings among *The masters and the slaves*, of Gilberto Freyre written in 1933, and the edition of 2001 of *Hybrid Cultures*, of Néstor Garcia Canclini; and, finally, an analysis of the impacts of the Linguistic Turn in the (re)writing of the history.

**KEYWORDS:** History of the Historiography. History of Brazil. Writing of the History.

*Há muitas auroras que ainda não despontaram* (Rig Veda)

O conhecimento histórico é traço e expressão de uma relação particular entre a escrita, a memória, o tempo e a morte. O historiador procura estudar as singularidades do homem no tempo, articulando, assim, diversas durações que se entrelaçam por meio do trabalho com a prova documental<sup>2</sup>. Não há, assim, uma escrita da história no singular. Talvez o que haja em comum entre as diversas formas de história acadêmica é a tentativa de situar no tempo os fatos que os historiadores contam, interpretam e descrevem, através de diversos procedimentos, tais como a cronologia, a comparação e/ou o estudo da sincronia/diacronia. A história é, assim, delimitada através de fronteiras flexíveis: de um lado, a ficção e, de outro, a memória, carregando consigo uma série de marcas de historicidade como nomes de personagens, de lugares, datas, citações, notas, além de uma retórica particular que faz com que um texto desse tipo seja reconhecido pelos pares do historiador<sup>3</sup>. Além disso, este tipo específico de representação do passado, a narrativa histórica, deve também ser reconhecido pelos leitores, pois os sentidos de um texto são construídos por meio do contato entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”, isto é, as obras de história só

---

<sup>2</sup> HARTOG, François. *Évidence de l'histoire*. Ce que voient les historiens. Paris: EHESS, 2005, p.23.

<sup>3</sup> POMIAN, Krzysztof. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984. Ver também: CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 e LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.

adquirem sentido quando são apropriadas das mais diferentes formas pelos leitores<sup>4</sup>.

Tendo em vista essa complexidade, a historiografia pode ser entendida como a análise, no tempo e no espaço, desses diversos modos de escrita da história elaborada pelos historiadores de outrora. Nesse sentido, ela deveria ser um esforço de reflexão sobre memórias construídas, sobretudo a memória da própria disciplina<sup>5</sup>. A história da historiografia, assim, cumpre o papel de historicizar a pesquisa histórica, lembrando aos historiadores de hoje que existem outras formas de escrita da história, que não podem ser consideradas melhores ou piores, mas diferentes<sup>6</sup>. Indo um pouco mais além, a historiografia pode ser entendida ainda como investigação dos diversos discursos sobre o passado<sup>7</sup>. Desse

---

<sup>4</sup> RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Vol.3. Le temps raconté. Paris: Seuil, 1985 e CHARTIER, Roger. *Culture écrite et société*. L'Ordre des Livres (XIVe – XVIIIe siècle). Paris: Abin Michel, 1996.

<sup>5</sup> GUIMARAES, Manuel L. L. S. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sara Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (orgs.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p.92.

<sup>6</sup> Ver, entre outros, REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>7</sup> GUIMARAES, M. *Op. cit.*, p.92. Nossa investigação está também bem próxima do que Valdeci de Araújo define como sendo história da historiografia. A esse respeito, ver: ARAÚJO, Valdeci Lopes. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Lócus*. Juiz de Fora: UFJF, v.12, p.79-94, 2006. Ver também a seguinte definição e comentário de Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “a história da historiografia ou a análise historiográfica, entendida como a reflexão sobre os modelos e as regras que norteiam as práticas da pesquisa e da escritura da história, em momentos e espaços específicos ou em autores e obras tomadas em grupo ou individualmente, faz parte do que podemos chamar da cultura histórica de uma dada época ou sociedade. A maneira como os profissionais do campo historiográfico se debruçam sobre o saber já produzido na área e como o submete a uma avaliação crítica, penso que diz muito dos códigos que delimitam a prática historiadora ou mesmo as práticas acadêmicas e científicas, neste campo, num dado contexto histórico e social”. JÚNIOR, Durval Muniz de A. O historiador *Naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.192.

modo, entendemos a história da historiografia como sendo o estudo sobre as diversas experiências do tempo, representações do passado e (re)escritas da história<sup>8</sup>. Nesse sentido, endossamos a seguinte reflexão de Manuel Guimarães: “a história na sua forma disciplinar deve ser considerada como apenas uma das inúmeras formas de elaboração significativa do tempo decorrido, como parte de algo mais amplo que chamaria de ‘cultura histórica como parte de uma cultura da lembrança’<sup>9</sup>.”

Desse modo, refletir sobre as experiências do tempo, sobre as representações do passado e sobre a (re)escrita da história é concordar que há uma tensão fundamental na produção historiográfica – entre aqueles que escreveram e aquele que agora escreve sobre o passado –; isto é, “fazer afirmações verdadeiras e, apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas”<sup>10</sup>. Nessa direção, é preciso lembrar que, para as fontes do passado falarem, é preciso que haja uma teoria da história. Há, assim, uma “tensão entre a construção do pensamento teórico sobre história e a crítica das fontes. Uma é completamente inútil sem a outra”<sup>11</sup>. Desse modo, concordamos que, nas “ciências históricas” (história, antropologia e sociologia), não há refutação definitiva de proposições teóricas. Os

---

<sup>8</sup> Sobre o conceito de experiências do tempo, ver HARTOG, François. *Régimes d'historicité : Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003. É preciso lembrar, por sua vez, que essa reflexão de Hartog é tributária dos trabalhos de KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006 e SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Para uma importante reflexão sobre os modos de representação do passado no presente, ver RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. Sobre a escrita da história, ver, sobretudo, CERTEAU, M. *Op. cit.*

<sup>9</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: Guimarães, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.70.

<sup>10</sup> KOSELLECK, R. *Op. cit.*, p.162.

<sup>11</sup> *Idem, Ibidem*, p.188.

conceitos dessas ciências são “híbridos”, pois são ao mesmo tempo conceituais e referenciais<sup>12</sup>.

Tendo em vista as considerações acima e partindo do pressuposto que estamos vivendo uma descontinuidade na forma de experimentar o tempo<sup>13</sup>, este texto procura pensar sobre as seguintes questões: o que é ou pode ser uma história nacional hoje? Em outras palavras, quais os limites da escrita de uma História do Brasil hoje?<sup>14</sup>; e como algumas das escritas passadas sobre as experiências do tempo podem iluminar, no sentido de apresentar possibilidades perdidas, às escritas de hoje?<sup>15</sup>. Para realizarmos tal experimento, escolhemos em cada item escalas de observação bem precisas<sup>16</sup>: o texto “O pensamento histórico nos últimos 50 anos”, escrito, em 1951, por Sérgio Buarque de

---

<sup>12</sup> PASSERON, Jean-Claude. *O raciocínio sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural*. Petrópolis: Vozes, 1995. Ver também: LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

<sup>13</sup> Esse ponto será discutido mais adiante a partir das reflexões de François Hartog, *Op. cit.*, 2003.

<sup>14</sup> Essa questão está diretamente inspirada no sugestivo artigo de François Hartog: HARTOG, François. Temps et histoire. Comment écrire l'histoire de France? *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. Paris: EHESS, v.50, n.6, p.1219-1236, nov.-déc., 1995.

<sup>15</sup> Para uma reflexão sobre a idéia de possibilidades perdidas, iluminação do passado no presente e do futuro passado, ver, entre outros, ARON, Raymond. *Introduction à la philosophie de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1981; BENJAMIM, Walter. Teses sobre a História. In: BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política – Ensaio sobre a Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985; RICOEUR, Paul. O passado tinha um futuro. In: MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.370-374 e KOSELLECK, R., *Op. cit.*

<sup>16</sup> Segundo RICOEUR, P., *Op. cit.*, 2007, o exercício dos jogos de escala é antes de tudo um exercício de liberdade metodológica. O princípio de variação é que conta, e não, a escolha de uma escala particular. Jaques Revel afirma que “variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e trama”. REVEL, Jaques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.20. Ver também: VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. São Paulo, SP: Campus, 2002.

Holanda; cruzamentos entre *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, obra escrita em 1933, e a edição de 2001 de *Culturas Híbridas*, de Néstor Garcia Canclini; e, por fim, uma análise dos impactos do Giro Lingüístico na (re)escrita da história.

### **O que significava escrever a História do Brasil em 1950?**

A perda do “Estado Nacional” como tema é considerada a principal mudança da escrita da história no mundo contemporâneo, segundo José Murilo de Carvalho. O autor destaca três fases da escrita da História do Brasil. Em um primeiro momento, pensou-se a questão da *construção do Estado* (século XIX). Em um segundo momento, a *construção da Nação* (final do século XIX e primeira metade do século XX). Hoje, a partir das peculiaridades brasileiras, estamos no momento de pensar a *constituição da sociedade*<sup>17</sup>. Sendo assim, o que é ou pode ser uma história nacional hoje? Discutiremos essa questão, neste tópico, a partir de outra: o que foi, na primeira metade do século XX, escrever a história da nação? Quais as luzes, os futuros passados que os textos e/ou “livros que inventaram o Brasil”<sup>18</sup> trazem ao presente e à escrita da história?

Para pensarmos sobre essas questões, escolhemos como escala de observação um dos textos fundadores da história da história brasileira<sup>19</sup>: “O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos”, escrito por Sérgio Buarque de Holanda em 1951, para o jornal o *Correio da Manhã*<sup>20</sup>. Nosso

---

<sup>17</sup> CARVALHO, José Murilo. O historiador às vésperas do Terceiro Milênio. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

<sup>18</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, 1993, n.37, p.21-35.

<sup>19</sup> RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 1a. parte. *Historiografia Colonial*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. XVI.

<sup>20</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico nos últimos 50 anos. *Correio da manhã. Suplemento Cultural Brasileiro*, 15 de junho de 1951, p.1 e 3. Esse texto foi recentemente reeditado em MONTEIRO,

texto é, na verdade, uma leitura intempestiva deste texto do Sergio Buarque de Holanda<sup>21</sup>. Sem a mesma pretensão e originalidade pretendemos nos próximos itens dialogar implicitamente com a reflexão de Buarque de Holanda. Isto se deve ao fato de que ele foi um dos primeiros a colocar no Brasil, no referido texto, as questões que nos ocupam aqui<sup>22</sup>.

Nessa direção, talvez o que mais chame a atenção do leitor contemporâneo da interpretação de Holanda seja a importância que o autor devota a Capistrano de Abreu no desenvolvimento dos estudos históricos brasileiros. Cabe aqui procurarmos investigar as razões dessa “devoção”. A nosso ver, Capistrano de Abreu é fundamental, pois ele foi, talvez, o primeiro autor a ter a percepção de que a história é, em grande medida, reconstrução, reconstrução, no presente, da experiência única e múltipla no tempo, a partir da pesquisa empírica. É importante destacar que Capistrano de Abreu compreendeu, dentro de certos limites, a complexidade do conceito moderno de história e, sobretudo, do fazer histórico<sup>23</sup>.

---

Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. Esse livro é também uma importante contribuição para uma apreciação historiográfica da obra de Sergio Buarque de Holanda. Sobre esse ponto, ver também: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

<sup>21</sup> Segundo Nietzsche, nas *Considerações Extemporâneas*, III, 3-4, “no intempestivo há verdades mais duráveis do que as verdades históricas e eternas reunidas: as verdades do tempo por vir. Pensar ativamente é agir de maneira intempestiva, portanto contra o tempo e por isso mesmo sobre o tempo, em favor (eu espero) de um tempo que virá”. In: PELBART, Peter Pál. *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 107-108.

<sup>22</sup> Ver RODRIGUES, *op. cit.*

<sup>23</sup> Sobre Capistrano de Abreu ver, entre outros, WEHLING, Arno. *A invenção da história*. Rio de Janeiro: UFF, 1994; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.28-54, 1988 e OLIVEIRA, Maria da Glória. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.216-239.

*Capítulos de História Colonial* (1907) desloca o foco da História do Brasil e repensa o próprio objeto, pois “se a história do Brasil colonial era até então, desde Varnhagen, a história da colonização portuguesa, os *Capítulos* fizeram da colônia – da sociedade colonial – o protagonista da história”<sup>24</sup>. Capistrano de Abreu contribuiu de forma decisiva para a abertura de um novo caminho para a historiografia brasileira. Alice Canabrava, em 1971, já afirmava que Capistrano de Abreu, junto a outros autores, era o “elo” entre a primeira e a terceira geração de historiadores do Brasil<sup>25</sup>. A importância do autor é tamanha aos olhos de Sérgio Buarque de Holanda que, ao se referir a Paulo Prado, ele afirma que Prado pertencia a “escola Capistrano”<sup>26</sup>. De qualquer maneira, se o desenvolvimento dos estudos históricos “deveu-se muita coisa, sem dúvida, à ação estimulante de Capistrano de Abreu”, por outro lado, Holanda critica Capistrano de Abreu quando afirma que ele acentuou o papel do determinismo geográfico<sup>27</sup>.

A esse respeito, Holanda afirma que Oliveira Vianna substituiu um determinismo geográfico presente em suas obras iniciais pelo determinismo biológico, sendo que o antídoto para esse tipo de abordagem foi construído pelo trabalho de Gilberto Freyre. *Casa Grande & Senzala* teria gerado um “novo e generoso impulso aos estudos interpretativos, com base em amplo material histórico”. Partindo do triângulo representado pela família

---

<sup>24</sup> VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu: *Capítulos de História Colonial*. In: MOTA, Lourenço (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SESC, 2001, p.188-189.

<sup>25</sup> Canabrava, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano. *Revista de História* (USP), 1971, p.424.

<sup>26</sup> Cabe dizer que Holanda destaca os aspectos “revolucionários” do trabalho de Prado. Prado, dois anos antes do “movimento de 30”, mostra, “apoiando em copiosa formação histórica”, que o país ainda dormia “o sono colonial” e anunciava a necessidade de “jazer tábua rasa para depois cuidar da renovação total”.

<sup>27</sup> Sobre a influência da obra de Capistrano de Abreu na obra de Sérgio Buarque de Holanda, ver GUIMARAES, Lucia M. P. Sérgio Buarque de Holanda na Trilha de Capistrano de Abreu: caminhos do Historismo Alemão. *Cadernos do Núcleo de Pesquisa e Estudos Históricos – UFRJ*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.79-94, mês? 1996.



patriarcal, a grande lavoura e o trabalho escravo, Freyre, sem desdenhar o “fator biológico na constituição da sociedade brasileira, deu maior ênfase – em contraste com Oliveira Viana – ao elemento cultural”. É preciso dizer que Holanda, provavelmente por uma questão de modéstia, omite o livro *Raízes* do seu estudo sobre a historiografia brasileira no início do século XX<sup>28</sup>.

Sérgio Buarque de Holanda afirma que Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), “focaliza muito mais diretamente os problemas econômicos, que lhe parecem, em última instância, os decisivos para a elucidação do passado e do presente”<sup>29</sup>. Essa ênfase (presente também no livro de Simonsen, *História Econômica do Brasil*) poderia abrir possibilidades de pesquisas históricas em territórios pouco explorados. Porém, o autor afirma que

é inevitável pensar-se, hoje, que a abordagem dessas questões só será realizável através de um trabalho empreendido por diferentes especialistas que se dediquem, cada qual, a determinada época e a determinados problemas, não por meio de certas sínteses onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto<sup>30</sup>.

Um pouco antes de fazer essa consideração, que não deixa de ser também uma autocrítica, Holanda afirma que Silvio Romero, André Reboulças, Nina Rodrigues, Manuel Bonfim, Alberto Tôrres, entre outros, construíram “ensaios de investigação e interpretação social” que “passaram a empolgar numerosos espíritos”, pois “abriram sendas para um tipo de pesquisa que

---

<sup>28</sup> No próximo tópico, faremos algumas relações entre *Raízes* e *Casa Grande & Senzala*.

<sup>29</sup> Sobre Caio Prado Júnior, ver, entre outros, IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000 e NOVAIS, Fernando. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

<sup>30</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico nos últimos 50 anos. *Correio da manhã. Suplemento Cultural Brasileiro*, 15 de junho de 1951, p.3.

nossos historiadores mal tinham praticado”. Quando analisa a obra de Oliveira Viana, Gilberto Freyre (nomeados de sociólogos-historiadores), Paulo Prado, Fernando de Azevedo e Nelson Werneck Sodré, Holanda afirma que

por menos que esses trabalhos devem inscrever-se na literatura historiográfica, tomada a palavra *stricto sensu*, é forçoso admitir-se que participam de uma tendência que se reflete vivamente em obras da mesma época, onde a interpretação pessoal endereçada a um alvo determinado, cede passo para o esforço de elucidação<sup>31</sup>.

Percebe-se que já não havia, em 1950, “espaço” para grandes ensaios e sínteses, apesar da importância que esses trabalhos tiveram em seu tempo. Assim como Capistrano de Abreu já apontava no início do século, eram necessárias pesquisas monográficas construídas, segundo Holanda, por meio da “utilização dos métodos que se vêm desenvolvendo em países onde existe longa tradição de estudos históricos”. Esses métodos, aplicados aos problemas brasileiros, poderiam, portanto, suscitar, a partir do contato com os mestres estrangeiros que aqui estiveram, novos tipos de pesquisa e novos problemas. Como se sabe, Holanda nunca escreveu um livro de síntese, mas com certeza seu empreendimento à frente da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* foi fundamental para o desenvolvimento da história acadêmica no Brasil<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> Sobre esse processo ver, entre outros, FALCON, Francisco C. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.9, n.17, 1996; MORAES, José Geraldo Vinci; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002; DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica nos anos 80: experiências e horizontes*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2004; DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira (da década de 1930 aos anos 1970)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999; FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil: elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992. 2 v. e ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

## **De Freyre à Canclini: da multiculturalidade à interculturalidade**

Para pensarmos sobre o que é ou pode ser uma história nacional hoje e sobre como algumas das escritas passadas sobre as experiências do tempo podem iluminar às escritas de hoje sob outro ângulo, pretendemos neste item operar alguns cruzamentos<sup>33</sup> entre *Casa Grande & Senzala*, obra de Gilberto Freyre, escrita em 1933, e a edição de 2001 de *Culturas Híbridas* de Néstor Garcia Canclini. Utilizaremos, como chave de leitura das duas obras, os conceitos de híbrido e hibridação nesses dois autores, mais sociólogos-antropólogos do que historiadores, tendo em vista as normas e histórias disciplinares.

Os conceitos a que nos referimos acima permitem sair da simples sucessão do tempo da história; eles são uma forma de superação do *continuum* da história. Para Koselleck, um evento não se repete, ainda que se perceba uma repetição teórica, com situações e contingências semelhantes. É o conceito que permite abstrair determinadas circunstâncias particulares “reais”, superando e compreendendo a massa de eventos e a singularidade de cada um. A esse respeito, o autor afirma que todo conceito está ligado, até mesmo preso, a uma palavra. Porém, nem toda palavra é um conceito: “conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos”. Nesse sentido, “os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentram uma multiplicidade de significações”<sup>34</sup>. Pensar as sociedades humanas implica abstração conceitual. Os conceitos de híbrido e de hibridação apresentam esforços nessa direção.

Desde os anos 1870, procurou-se responder à seguinte questão, já colocada no texto de Martius: “Como se deve escrever

---

<sup>33</sup> Sobre a história cruzada, ver, entre outros, WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. *Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. Annales: Histoire, Sciences Sociales*. Paris: EHESS, 2003, v.58, n.1, p.7-36.

<sup>34</sup> KOSELLECK, R. *Op. cit.*, p.108.

a história do Brasil”, de 1838: a colonização portuguesa marcada pela miscigenação com o negro e o índio seria um mal para o Brasil? Seria este o motivo do atraso do país?<sup>35</sup>. Desde então, o debate racial foi importante para justificar cientificamente as hierarquias consolidadas, contribuindo para o esvaziamento do debate sobre a cidadania e a participação do indivíduo na sociedade<sup>36</sup>.

De uma forma geral, mas se beneficiando desse debate, em 1933, Gilberto Freyre, com *Casa Grande & Senzala*, responderá de forma inovadora àquela pergunta com um notório “sim”<sup>37</sup>. Se, por um lado, a obra cria um novo elogio da colonização portuguesa, como Varnhagen já havia feito<sup>38</sup>, por outro, Freyre segue as trilhas abertas por Capistrano de Abreu ao deslocar o objeto da história da colonização portuguesa para a sociedade colonial<sup>39</sup>. Do ponto de vista teórico, metodológico e político, a obra foi inovadora<sup>40</sup>.

---

<sup>35</sup> REIS, J. C., *Op. cit.*, 1998.

<sup>36</sup> SCHWARCZ, Lilia. Katri Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. É curioso que esse debate, como mostra Lilia Schwarcz, que deslocava questões da cultura para a natureza no final do século XIX não fosse intenso na Europa. Ele ganha força, nesse continente, a partir dos anos 1920, quando, no Brasil, outras idéias, como a “Democracia Racial”, começam a prosperar.

<sup>37</sup> A grande exceção do período anterior no tocante à valorização da mestiçagem foi Manuel Bonfim. Ver, entre outros, VENTURA, Roberto; SÜSSEKIND, Flora. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim*. São Paulo: Moderna, 1984; AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000 e REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil 2*. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

<sup>38</sup> REIS, J. C., *Op. cit.*

<sup>39</sup> VAINFAS, Ronaldo. Gilberto & Sérgio. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais, 23/05/2002, p.17.

<sup>40</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1985. Ver também: LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1976 e SANTIAGO, Silvano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. 3 Vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

Em linhas gerais, Gilberto Freyre afirma, em *Casa Grande & Senzala*, que a mestiçagem seria um bem, pois criou o indivíduo apropriado para viver nos trópicos. Isso se deveu à grandiosidade da empresa colonizadora portuguesa, uma vez que o povo português, de passado étnico e cultural indefinido, localizado entre a Europa e a África, tendo convivido com os mulçumanos por cinco séculos, tinha predisposição para a colonização híbrida. A miscigenação foi a estratégia de povoamento utilizada pelos portugueses. As relações desenvolvidas na *Casa Grande* e na *Senzala*, entre escravos e senhores, teriam sido na perspectiva de Freyre harmônicas. O africano e sua cultura teriam servido como mediadores entre os brancos e os índios. Ele seria o meio termo que tornou o intercuro entre essas três culturas mais maleável e frutífero<sup>41</sup>.

Cabe aqui uma pequena digressão para colocarmos dois de nossos personagens, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, em diálogo. Para Vainfas, tanto Freyre como Holanda defendem a tese da hipertrofia da família patriarcal, da esfera do privado e da negativa de preconceitos raciais entre os portugueses<sup>42</sup>. No entanto, se, para Freyre, a colonização foi boa, pois construiu uma sociedade aberta ao convívio com alteridades e misturas raciais e culturais, para Holanda, a colonização foi responsável pela hipertrofia do privado, da ausência de valores democráticos, da vitória do latifúndio e do personalismo autoritário. Se Freyre é atual, entre outras razões, pela aproximação com a antropologia, pelo olhar apurado em relação ao cotidiano, o livro de Holanda contém, entre outras qualidades, atualidade política.

É importante realçar, para o desenvolvimento de nosso

---

<sup>41</sup> REIS, J. C., *Op. cit.*, 1998 e BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 2001. Uma importante e nova contribuição para os estudos sobre Gilberto Freyre pode ser vista em NICOLAZZI, Fernando. Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.240-266.

<sup>42</sup> VAINFAS, *Op. cit.*

argumento, que o primeiro capítulo de *Casa Grande & Senzala* denominava-se “Caraterísticas gerais da colonização portuguesa no Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”. Dessa forma, nossa hipótese de leitura é que, apesar de utilizar o conceito de híbrido (e não o de hibridação), o autor privilegia o conceito de mestiçagem. Para Freyre, como dissemos, esse conceito foi mais adequado para intermediar sua tentativa de deslocamento da explicação histórica da questão racial para a questão cultural<sup>43</sup>. De algum modo, esse conceito contribuiu para que houvesse maior ênfase na harmonia, fato que, como sabemos, contribuiu com a criação do mito da democracia racial<sup>44</sup>.

Em 1989, o sociólogo-antropólogo argentino-mexicano Nestor Canclini retoma o conceito de híbrido em seu livro *Culturas Híbridas*, com outro valor semântico, para em busca de explicar “as contradições latino-americanas”. De acordo com o autor, a hibridação é um fenômeno que se sucedeu, em nossa história, a partir da expansão da Europa em direção à América. O convívio intercultural, agenciador do confronto entre temporalidades distintas, justificaria, em grande parte, a ambigüidade do processo de modernização da América Latina, caracterizando, assim, uma “heterogeneidade multitemporal”<sup>45</sup>. Em 2001, o autor afirmava que hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições: “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam

---

<sup>43</sup> Embora rejeitasse o racismo, Freyre manteve-se preso às concepções de etnia e acabou por cunhar um conceito original de raça. A esse respeito, ver: COSTA LIMA, Luiz. *A Aguarrás do Tempo*. Rio de Janeiro: ROCCO, 1989 e ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

<sup>44</sup> Sobre esse ponto, ver, entre outros, SCHWARCZ, Lilia. Katri Moritz. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: raça, cor e identidade na intimidade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v.4 , p.45-63.

<sup>45</sup> Sobre esse ponto, ver FANTINI, Marli. Águas turvas, identidades quebradas: hibridismo, heterogeneidade, mestiçagem & outras misturas. In: JÚNIOR, Benjamin Abdala. *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.168-169.

para gerar novas estruturas, objetos e práticas”<sup>46</sup>.

A nosso ver, Canclini, ao enfatizar os processos de hibridação e as relações conflitivas dos processos interculturais, possibilita um novo olhar para a compreensão dos diversos presentes da história do Extremo-Occidente ou da América Ibérica<sup>47</sup>. Ele propõe ir além do “simples reconhecimento (sagrado) da ‘pluralidade de culturas’”<sup>48</sup>. Dessa maneira,

o pensamento e as práticas mestiças são recursos para reconhecer o diferente e elaborar as tensões das diferenças. A hibridação, como processo de interseção e transações, é o que torna possível que a *multiculturalidade* evite o que tem de segregação e se converta em *interculturalidade*. As políticas de hibridação serviriam para trabalhar democraticamente com as divergências, para que a história não se reduza à guerra entre culturas<sup>49</sup>.

Tendo isso em vista, assim se poderia romper com o paradigma Freyriano que, ao advogar a causa de uma América mestiça, mas branca, preservou o argumento da desigualdade entre raças?<sup>50</sup> Para Zilá Bernd (2004), “Nessa medida, o conceito

---

<sup>46</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2001, p.XIX.

<sup>47</sup> Sobre esses conceitos, ver ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: introdução à América Latina*. São Paulo, Edusp, 1991 e MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>48</sup> CANCLINI, *Op. cit.*, p.XXIV.

<sup>49</sup> *Idem, Ibidem*, p.XXVII.

<sup>50</sup> É ainda preciso destacar que, segundo Roberto Ventura (2002, p.256), “Freire imita o personagem central de sua obra, o mestiço ou o híbrido de raça e cultura, ao optar por um estilo mesclado e sincrético, tanto na combinação de métodos e enfoques, quanto nos níveis de linguagem, que oscila entre o oral e o escrito, entre o popular e o erudito”. É interessante observar que Freyre e Bonfim dialogam também com o autor mexicano José Vasconcelos (*La raza cósmica*), que “cria a “utopia híbrida” de uma raça hispânica, “síntese do globo”, na qual o cruzamento de raças seria capaz de gerar uma ‘humanidade futura’”. VENTURA, Roberto. Manuel Bomfim. A América Latina: males de origem. In: MOTA, Lorenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. Vol.2. São Paulo: SESC, 2002, p.257 e 256.

de mestiçagem pode servir para camuflagem à manutenção de uma identidade calcada na homogeneidade, preocupada em integrar os grupos marginalizados, mas sempre de acordo com as concepções dominantes da nação<sup>51</sup>. Por outro lado, é preciso levar em consideração uma importante afirmação de Ronaldo Vainfas:

é caso de repensar, portanto, na virada do milênio que se aproxima, a contribuição de Gilberto Freyre. (...). Não há porque fugir de um tema tão crucial (questão racial na história da colonização portuguesa do Brasil), refugiando-se os historiadores no estudo de culturas étnicas e nos fenômenos de mescla cultural, temáticas de suma relevância, mas que não esgotam o assunto. Temática proposta, talvez sem querer – e mal posta que seja – por *von Martius*, há mais de um século <sup>52</sup>.

Sendo assim, a partir do diálogo interdisciplinar entre Freyre e Canclini, construímos a hipótese de que a reflexão historiográfica ou da história da historiografia pode contribuir para uma possível mudança de interpretação do Brasil: da multiculturalidade em direção à interculturalidade. Canclini sugere deslocar o objeto de estudo “da identidade para a heterogeneidade e a hibridação intercultural”<sup>53</sup>, levando em conta, desse modo, os processos de traduções culturais. A escrita da história, bem como o estudo da história da história, ao operar o deslocamento sugerido, pode contribuir para construirmos uma concepção mais aberta da cidadania, capaz de abranger múltiplos pertencimentos: “não pode haver porvir para o nosso passado enquanto oscilamos entre fundamentalismos que reagem frente à modernidade e os

---

<sup>51</sup> BERND, Zilé. O elogio da crioulidade: o conceito de hibridação a partir de autores francófonos do Caribe. In: JÚNIOR, Benjamin Abdala. *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 100.

<sup>52</sup> VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*. Niterói: UFF, v.8, p.12, 1999..

<sup>53</sup> CANCLINI, N., *Op. cit.*, p.XXII.



modernismos abstratos que resistem à problemática, nossa 'deficiente' capacidade de sermos modernos"<sup>54</sup>. Uma das dificuldades, portanto, da escrita da história nacional seria a problemática associação entre cultura e território<sup>55</sup>. Problematicar essa relação seria um dos caminhos possíveis para a escrita de uma história que não seja essencialista e territorialista. Logo, concordamos com Luiz Felipe de Alencastro, quando ele afirma que "a maioria dos livros de História do Brasil segue uma continuidade calcada na história territorial, onde não aparece a importância do que estava rolando fora do território. Fora do território, mas dentro da sociedade"<sup>56</sup>.

### **Impactos do Giro Lingüístico na (re)escrita da história**

As críticas ao historicismo/historicismo na Alemanha, à escola metódica francesa e mais recentemente à ambição de

---

<sup>54</sup> CANCLINI, N., *Op. cit.*, p.204. Para uma análise que procura apontar os cuidados que se deve ter ao utilizar o conceito de hibridação ver a palestra de Maria Elisa Cevasco denominada Hibridismo Cultural e Globalização. In: [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012\\_cevasco.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF12/ArtCultura%2012_cevasco.pdf)

<sup>55</sup> Nesse sentido, convém lembrar que, para Salhins, "o mundo não é obrigado a obedecer à lógica pela qual é concebido. (...) se as relações entre as categorias mudam, a estrutura é transformada. (...) A cultura funciona como uma *síntese* de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia. (...) A experiência social humana (...) é arbitrária e histórica. (...) a cultura é justamente a organização da situação atual em termos de passado". SALHINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1990, p.92-95. Tendo em vista essas questões, somos levados a concordar com Eliana Dutra, que, ao analisar *Caminhos e Fronteiras* de Sérgio Buarque de Holanda, afirma: "Afinal, acima das culturas individuais todos nós pertencemos mesmo é à cultura da humanidade. E isto para terminar com uma nota de otimismo nestes tempos em que, em nome de identidades, o mundo se dilacera". DUTRA, Eliana. Sérgio Buarque de Holanda viajante: o lugar da cultura em *Caminhos e Fronteiras*. In: PAIVA, Eduardo; ANASTASIA, Carla. *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002, p.36.

<sup>56</sup> In: REGO, J. M.R.; MORAES, J. G. V. de (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2007, p.257.

cientificidade da história estrutural, bem como o “resgate” das reflexões de Droysen, Dilthey, Herder e outros são, na perspectiva de François Hartog, expressões da crise da ordem do tempo, do regime de historicidade moderno e do conceito moderno de história<sup>57</sup>. Tendo em vista essa dinâmica, na década de 1970, vários pressupostos nos quais o conhecimento histórico tinha se assentado e se constituído foram criticados. Entre outros, dois autores fomentaram debates, polêmicas e controvérsias: Hayden White<sup>58</sup> e Roland Barthes<sup>59</sup>. Segundo White (1992, 1994), de forma geral, a história se confundiria com a ficção em sua estrutura narrativa, e a realidade seria uma construção. Conforme Barthes (1984), os fatos históricos teriam apenas uma existência lingüística. Mais ou menos na mesma época, de forma menos polêmica Michel de Certeau constrói uma série de reflexões questionando alguns dos pressupostos cientificistas do conhecimento histórico e, por fim, acaba considerando a história como situada entre a ciência e a ficção<sup>60</sup>. Em nossa reflexão, procuraremos pensar nos desdobramentos dessas posições e nos seus impactos na escrita da história, bem como na reflexão sobre a história.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior, essas observações foram importantes para romper com a ingenuidade de se pensar que a linguagem apenas espelha o objeto da experiência, podendo

---

<sup>57</sup> HARTOG, François. *Régimes d'historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

<sup>58</sup> WHITE, Hayden. *Metahistoria: La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: Fondo de Cultura, 1992 e WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

<sup>59</sup> BARTHES, Roland. *Le Bruissement de la langue*. Paris: Ed. Seuil, 1984.

<sup>60</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 e CERTEAU, Michel de. *Histoire et psychanalyse: entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 2002. O pensamento de Michel Foucault também faz parte desse contexto, bem como o livro de VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1982. Sobre o impacto de parte da produção de Michel Foucault na historiografia brasileira ver, entre outros, RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n.1-2, p.67-82, out. 1995.

dizer as coisas como são<sup>61</sup>. A aproximação da história com disciplinas como antropologia, etnografia, psicanálise e lingüística iniciou um movimento em que “questiona-se a idéia de universalidade do homem e da razão ou da consciência, da racionalidade do sujeito, tanto do agente dos eventos históricos, como do próprio historiador e se enfatiza o caráter político, interessado, construtivo do próprio saber histórico”<sup>62</sup>. Há, assim, um movimento de desnaturalização da linguagem, do objeto e dos sujeitos a partir da crítica, operada pela modernidade, entre a separação radical entre o mundo, as coisas e a representação, a natureza e a cultura, negando a hibridação. O autor defende que a história está situada numa terceira margem, em um entre-lugar: “como o rio, a História arrasta as suas margens para seu leito, num trabalho incessante de corrosão, em que figuras de objetos e figuras de sujeitos, coisas e representações, natureza e cultura se entrelaçam e se misturam, remoinham-se, enovelam-se, hibridizam-se”<sup>63</sup>.

Paul Ricoeur demonstrou como os argumentos “narrativistas” foram importantes para demonstrar que narrar é também explicar, para ressaltar a riqueza estilística e argumentativa da narrativa<sup>64</sup>. O filósofo demonstra que mesmo a noção de longa duração, em Fernand Braudel, deriva de um evento dramático, *mise-en-intrigue*. Mas a intriga não é mais Felipe II, mas o Mediterrâneo. Nesse sentido, a centralidade da narrativa não permitiria ao historiador fechar seu discurso em explicações estreitas dos mecanismos de causalidade. Ela permitiria pensar sobre a noção de sentido sem recusar as noções de globalidade, tendo em vista as implicações éticas e políticas<sup>65</sup>. Sugere-se, então, reabrir o

---

<sup>61</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

<sup>62</sup> *Idem, Ibidem*, p.20

<sup>63</sup> *Idem, Ibidem*, p.29.

<sup>64</sup> RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Vol.3. Le temps raconté. Paris: Seuil, 1985. Ver também: DOSSE, François. *O Império do sentido: a humanização das ciências humanas*. São Carlos: EDUSC, 2003.

<sup>65</sup> DOSSE, François. *L'histoire*. Paris: A. Colin, 1998.

passado e revisitar suas potencialidades, o contrário de uma visão antiquária da história.

Mesmo não trabalhando com um conceito de verdade ingênuo, muitas vezes ligado à factualidade, os historiadores, em geral, construíram certo consenso epistemológico em torno da busca da verdade como constitutiva do saber histórico, sobretudo após as implicações políticas, ligadas ao negacismo, desdobradas da relativização do papel da verdade para a história<sup>66</sup>. Em livro recente, Carlo Guizburg, ao refletir sobre o entrelaçamento entre o verdadeiro, o falso e o fictício afirma: “o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida” e, para se contrapor à idéia de efeito de real de Barthes, – mesmo se declarando constantemente como sendo um anti-Foucault –, Guizburg resignifica a expressão “efeito de verdade” como uma espécie de antídoto ao “efeito de real”<sup>67</sup>. Ao longo de todo o livro, o autor, utilizando-se do relato ficcional, procura lê-lo a contrapelo, isto é, verificando a “veracidade” do passado a partir dos indícios e do que os documentos não dizem.

Em um texto escrito no final dos anos 1990, Roger Chartier sustentava que a “a história é comandada por uma intenção e princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso e que seu conhecimento pode ser controlado”. Como estratégia, ele propunha um retorno do “arquivo ao texto, do texto à escritura, e da escritura ao conhecimento”<sup>68</sup>. Defende-se, assim, que a

---

<sup>66</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>67</sup> *Idem, Ibidem*, p.14 e 18. A propósito do debate entre Ginzburg e White sobre a questão do holocausto Ricoeur afirma que “diante de H. White, Carlo Ginzburg faz uma defesa vibrante não do realismo, mas da própria realidade histórica do ponto de vista do testemunho” RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 270. Esse debate pode ser visto em MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita; teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>68</sup> CHARTIER, Roger. *Au Bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétudes*. Paris: Editions Albin Michel, 1998, p.15 e 17.

ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica<sup>69</sup>.

Por outro lado, Ricoeur nos mostra que é possível que a obra de história estabeleça um contrato de verdade entre seu objeto e o leitor<sup>70</sup>, porque a história corrigiria a memória quando separaria, na operação historiográfica, o “falso” do “verdadeiro” na fase do arquivamento, e pela citação da prova em sua fase escriturária. A questão da prova introduz, portanto, a dimensão poperiana da refutabilidade na escrita da história.

Tendo em vista a complexidade da escrita da história, Manuel Luiz S. Guimarães faz um comentário importante. Para o autor, ao observar os desdobramentos do Giro Lingüístico, “a narrativa produzida pelo historiador não pode mais ser vista como desveladora de um real pré-existente e de sua verdade implícita, mas como parte de um complicado processo de elaboração e significação deste real a ser compartilhado socialmente”<sup>71</sup>.

Assim, Astor Diehl afirma que é necessária uma revisão dos “critérios de cientificidade histórica, advindos e configurados a partir da razão iluminista”<sup>72</sup>, mas também defende que a história tenha plausibilidade científica. A plausibilidade científica, fato que garante a importância da história no seio das ciências sociais, de algum modo está ligada à dimensão política e social do conhecimento histórico. Nesse sentido, para Costa Lima, a história tem a verdade por aporia, ao passo que a ficção coloca a

---

<sup>69</sup> Ver também: FALCON, Francisco C. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.9, n.17, 1996.

<sup>70</sup> Cabe dizer que para pensar essas questões, o autor cunha o conceito de representância, isto é, a capacidade do discurso histórico em representar o passado. Esse conceito é cunhado, pois a história se referencia ao texto e ao “real” ao mesmo tempo, constituindo um entre-lugar entre a ciência e ficção. RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

<sup>71</sup> GUIMARAES, Manuel L. L. S. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sara Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. (Org.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 78.

<sup>72</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 201.

verdade entre parênteses. Elas não se confundem. Para o autor, “as modalidades discursivas mantêm circuitos dialógicos diferenciados com a realidade”<sup>73</sup>. É preciso pensar que a realidade não é uma, mas múltipla e composta de tempos diversos a fim de que seja aberto “um leque de possibilidades discursivas”. Sem desejar resumir o complexo argumento, é interessante observar que o autor deixa em aberto os desafios para converter “porosas as aporias que orientam os discursos”, pois “as aporias são indispensáveis aos discursos”, mas “hão de ser flexíveis”<sup>74</sup>. As aporias podem ser entendidas, assim, como entroncamentos, encruzilhadas que criam obstáculos. Dessa forma, uma questão surge: como desdobrar a escrita da história a fim de pensarmos em prosseguimento/movimento da vida e do presente, mas sob outros mapas<sup>75</sup>.

### **Considerações finais**

Tendo em vista as questões discutidas, gostaríamos, por fim, de enfatizar que entendemos a história e a historiografia como

---

<sup>73</sup> LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.385.

<sup>74</sup> *Idem, Ibidem*, p.13 e 14. Não trataremos aqui da abordagem que Costa Lima faz da literatura como híbrido, pois nos alinhamos ao argumento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *op. cit.*, sobre a hibrididade do conhecimento histórico. Sobre a questão dos híbridos ver, sobretudo, LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo : Ed. 34, 2003. Há que se pensar também se não é problemático trabalhar com apenas uma aporia para pensarmos sobre o discurso histórico. Sobre a aporia da verdade em história, Ricoeur (2007) afirma: “(...) que diferença separa a história e a ficção, se ambas narram? (...). A aporia, que podemos chamar de aporia da verdade em história, é evidenciada pelo fato que os historiadores constroem freqüentemente narrativas diferentes e opostas em torno dos mesmos acontecimentos” (p.253-254). Para Ricoeur, há outras aporias no discurso histórico, como a da referencialidade (p.267).

<sup>75</sup> Devo essa sugestão ao meu amigo Alexandre Simões. Sobre a questão das aporias, ver seu livro SIMÕES, Alexandre. *O Litoral d'Aporia: uma introdução à psicanálise lacaniana*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

disciplinas de fronteiras, uma vez que estão no cruzamento entre as ciências sociais (“ciências históricas”), a filosofia e a literatura/ficção. Por isso, os métodos da pesquisa em história e historiografia são plásticos e estão em constante transformação. O estudo das representações do passado, das experiências do tempo, das escritas da história coloca a história e a historiografia em constante diálogo com diversas disciplinas. Por mais que sempre exista o risco da diluição, apostamos nas potencialidades desse contato. A pesquisa em historiografia e em história, nesses termos, convida-nos a pensar e atuar “entre”, “através” e “além” das disciplinas<sup>76</sup>.

Dessa maneira, procurar articular, teórica e metodologicamente, continuidade e descontinuidade poderia ser um importante instrumento para se conceber outro devir. Escrever, ensinar e pensar sobre história, hoje, é buscar a felicidade do presente, a fim de possibilitar uma vida justa dos homens junto a outros homens<sup>77</sup>. Pensar sobre representações do passado no presente, sobre a transmissão, recepção e, também, sobre as funções sociais da história, como ética de responsabilidade para o presente<sup>78</sup>, é, assim, uma busca de “possibilidades perdidas”/”futuros do passado”, a fim de construirmos outras histórias. Pensar sobre a história e fazer história deveria ser antes de tudo uma busca para construirmos outras histórias para nosso tempo.

Acreditamos, portanto, que um dos desafios da (re)escrita da história do Brasil hoje é produzir diferenças e não

---

<sup>76</sup> DOMINGUES, Ivan (org.). *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: IEAT/UFMG, 2001. A perspectiva da transdisciplinaridade pode ser experimentada, assim, em bases epistemológicas rigorosas, contudo, com metodologias plásticas, plurais e indissociáveis da reflexão teórica dentro de fronteiras flexíveis visto que, como salienta F. Dosse, “as fronteiras disciplinares não são naturais. Elas estão mais freqüentemente ligadas a cortes institucionais que não têm, apesar de suas constantes declarações de princípios, objetos nem noções específicas”. DOSSE, *op. cit.*, 410.

<sup>77</sup> GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Contexto, 1998, p.12.

<sup>78</sup> Sobre esse ponto, ver DOSSE, *Op. cit.*

simplesmente aceitá-las ou identificá-las<sup>79</sup>. A releitura dos clássicos de nossa historiografia coloca-nos diante de dilemas ainda não resolvidos. A (re)escrita da história, bem como o estudo da história da história, ao possibilitar refletir sobre o “passado” das grandes e pequenas interpretações do Brasil, pode contribuir para construirmos uma concepção mais aberta de cidadania, capaz de abranger múltiplas pertencas, como foi dito. Nesse sentido, um dos desafios não é mais monumentalizar obras. Talvez seja preciso refletir não mais sobre “livros que inventaram o Brasil”, mas sim sobre o Brasil que esses livros inventaram.

Sendo assim, pensamos que hoje precisamos de obras monográficas/singulares e também de obras sintéticas/universais que nos ajudem a compreender e explicar, pelo viés de uma história com propensão/perspectiva transdisciplinar, o que significa viver e exercer a cidadania neste *lugar* chamado Brasil<sup>80</sup>. Desse modo, a história e a historiografia assumem posição central para pensar outros Brasis, outros presentes, pois elas podem ser outro *lugar* privilegiado nessa busca para restaurar alguma forma de comunicação entre presente, passado e futuro, sem admitir a tirania de qualquer um deles, construindo pontes entre expectativas e horizontes, frente à crise de futuro e o risco de fusão entre o horizonte de expectativa e o campo de experiência<sup>81</sup>. Nesse sentido, é preciso revisitar a historicidade brasileira com

---

<sup>79</sup> Sobre esse ponto, ver GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica*. Petrópolis: Vozes, 1996

<sup>80</sup> Esta sugestão de se conciliar perspectivas rivais (monografia X síntese; particular X universal) é uma apropriação livre do que Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *op. cit.*, chama de *pensar com* e não contra. A as referidas oposições também atravessam alguns dos ícones da chamada “pós-modernidade”. Se para Foucault “tudo é singular na história universal”, para Deleuze e Guattari a história considerada a partir da escala universal é uma necessidade ontológica, política e estética do mundo contemporâneo. Sobre estas questões ver DOSSE, François. *Gilles Deleuze et Félix Guattari*. Biographie croisée. Paris: Decouvert, 2007, e VEYNE, Paul. *Foucault: sa pensée, sa personne*. Paris : Albin Michel, 2008.

<sup>81</sup> HARTOG, François. *Régimes d’Historicité; Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.



outros conceitos e percebendo-a como “folheada”, “múltipla” e “multidirecionada”. Essa seria uma das formas de combater, no bom sentido da palavra, certo presente que tende a ser “onipresente” e “eterno”, na medida em que nele nada se passa e, ao mesmo tempo, tudo é presente. Concordamos, dessa forma, que um dos compromissos sociais da história é hoje tornar nossas expectativas mais determinadas e a experiência mais indeterminada<sup>82</sup>. Pensamos, portanto, que as escritas da história do passado, utilizadas por este texto podem iluminar e inspirar a escrita da história do presente em pelo menos quatro dimensões: ousadia, criatividade, poética e compromisso social, a partir do convite de transposição das fronteiras disciplinares e territoriais. Que assim seja?

Recebido em janeiro de 2009

Aprovado em março de 2009

---

<sup>82</sup> Sobre esse ponto ver Koselleck, *op. cit.*; Ricoeur (2007), *op. cit.*; Dosse, *op. cit.*; Hartog, *op. cit.*